



ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

EIXO CAPITAL

Filippelli: "Reajuste não saiu antes por medidas protetórias"

Causou estranheza no núcleo do governo Ibaneis Rocha o vídeo do ex-deputado e ex-vice-governador Tadeu Filippelli divulgado em suas redes sociais na última sexta-feira. O emedebista comemora o anúncio feito pelo GDF de pagamento da terceira parcela do reajuste dos servidores do DF. O que chamou a atenção foi que Filippelli não deu o mérito para Ibaneis, governador de seu partido, por quitar uma fatura suspensa desde 2015. Dá a entender que o crédito na conta dos servidores ocorrerá graças a uma decisão judicial. "Aqui em Brasília, temos motivo adicional a comemorar. O Poder Judiciário reconheceu a legalidade do aumento salarial concedido em 2013 na gestão da qual participei e cuja última parcela não foi paga até o presente momento baseando-se em medidas protetórias". Filippelli afirma que a "vitória será plena" quando os retroativos forem depositados na conta dos servidores.

Redes sociais



Absolvição

A decisão a que Filippelli se refere é a da 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) que manteve a absolvição do ex-governador Agnelo Queiroz (PT), acusado pelo Ministério Público de ato de improbidade administrativa por conceder reajustes sem previsão orçamentária. Assim que saiu a decisão judicial, Agnelo divulgou nota defendendo a quitação da 3ª parcela do reajuste de 35 categorias. Mas o pagamento sempre dependeu de duas coisas: recursos em caixa e vontade política. O que só acontece agora, no governo Ibaneis.

Minervino Junior/CB/D.A. Press



Ele quer

Muita gente tem incentivado o ex-deputado Alberto Fraga a concorrer a um mandato de deputado federal. Mas, a vários interlocutores, ele diz que quer mesmo é ser candidato ao GDF.

Luis Tajés/CB/D.A. Press



Começar de novo...

O petista Agnelo Queiroz planeja concorrer novamente a uma vaga de deputado federal. Como Rodrigo Rollemberg, quer começar onde esteve anos atrás. O ex-governador petista estava ineleável em 2018. Mas aposta que reverterá, segundo integrantes do PT.

Arquivo pessoal



Plano B

Morador do Jardim Botânico, o ministro Anderson Torres aceitou convite de Rafael Prudente para participar de evento do MDB direcionado para a região, realizado em São Sebastião. De olho no União Brasil, partido que surge com a fusão do DEM e PSL, Anderson pode pensar em plano B.

Liberado

O ex-secretário de Saúde Francisco Araújo Filho, alvo das Operações Falso Negativo e Ethon, não deve ser indiciado no relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL), na CPI da Covid.

Passaporte de vacinas no DF

Brasília pode ter passaporte sanitário. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) apresentou projeto de lei instituindo a comprovação de vacinação contra covid-19 como condição para acesso e permanência no interior de estabelecimentos e locais de uso coletivo, como bares, restaurantes, shows, entre outros ambientes de lazer. Pela proposta, a exigência passaria a valer a partir de 1º de novembro, como medida de caráter excepcional. A imunização poderá ser comprovada pelo cartão de vacinação físico emitido pela Secretaria de Saúde ou pelo certificado digital, emitido pelo SUS.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Prudente X Parente

Nunca confunda Rafael Prudente com Rafael Parente. Os dois são jovens políticos promissores, filhos de figuras conhecidas na vida pública — Leonardo Prudente e Pedro Parente — e serão candidatos nas próximas eleições. Mas são de grupos opostos e provavelmente estarão em frentes antagônicas em 2022.

Ana Rayssa/CB/D.A. Press



MANDOU BEM



Os jornalistas Maria Ressa e Dmitry Muratov ganharam o prêmio da Paz de 2021 pelo trabalho em defesa da liberdade de expressão em seus países, Filipinas e Rússia.

MANDOU MAL



Ao contrário do pai, que não tomará vacina contra covid-19, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) tomou a segunda dose em Brasília, mas fureou a fila no posto de saúde.

ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA



Na eleição para a presidência da OAB em novembro, vale também uma vaga no Tribunal de Justiça do DF. O grupo vencedor terá forte influência na escolha do desembargador ou desembargadora a tomar posse na vaga de Humberto Ullhôa, que se aposenta em junho, ao completar 75 anos. Embora ele seja oriundo do Ministério Público, a vaga pertence à OAB pela alternância no chamado constitucional.

À QUEIMA-ROUPA

HÉLIO TELHO
Procurador da República



O senhor criou uma analogia que pegou nas redes sociais. A de que a PEC 05/21 colocou o Ministério Público no corredor da morte.

O que vai causar a morte do MP?

A PEC 5, como um todo, é uma sentença de morte para o Ministério Público como o conhecemos. Ela altera a composição do CNMP, aumentando fortemente a influência política nele, além de ampliar as suas atribuições, que passam a invadir e a se sobrepor à esfera de atuação funcional dos promotores e procuradores. Na prática, a autonomia do Ministério Público e a independência de seus membros deixa de existir e a atuação do órgão, que tem como função constitucional a defesa do regime democrático, das leis e dos interesses difusos e coletivos (como o meio ambiente, o patrimônio público, os direitos do consumidor, das minorias, de acesso à educação e a saúde públicas, além do combate ao crime, inclusive do colarinho branco), passa a se sujeitar a interesses políticos e econômicos inconfessáveis.

Qual é o ponto mais preocupante para quem atua no combate à corrupção?

Não há um ponto específico, mas um conjunto de mudanças que, aliadas umas às outras, enterra a atuação do Ministério Público contra a chamada grande corrupção ou a corrupção institucionalizada. A redação proposta pelo relator apresenta uma fórmula esdrúxula e teratológica, porque desloca a discussão sobre uma ação ou uma investigação promovida pelo membro do MP (que hoje ocorre no âmbito do processo judicial) para dentro do processo



Reprodução de Internet

disciplinar, além de inverter as posições (o infrator da lei passará a ser o acusador e o membro do MP ocupará a posição de acusado, assim, como num passe de mágica). Some-se a isto a escolha política do corregedor e o aumento do número de membros indicados por interesses políticos e temos a receita perfeita do caos. É preciso que isso seja dito, porque é disso que se trata.

Por que a PEC chamada de PEC da Vingança atinge o trabalho do MP em áreas como combate à criminalidade, defesa do meio ambiente, da saúde e da educação?

Porque uma grande empresa multinacional, por exemplo, que esteja causando um dano ambiental de grandes proporções, poderá acionar o CNMP para que as ações do promotor do caso sejam retiradas e ele punido. Como a composição do CNMP será indicada politicamente, os interesses políticos e econômicos é que prevalecerão na decisão do órgão de controle externo. O mesmo acontecerá com ações ou operações que atinjam pessoas econômica ou politicamente influentes e poderosas. As ações do Ministério Público voltarão a ser restritas aos chamados 3 Ps (pretos, pobres e prostitutas), como eram no passado, antes da Constituição de 1988, época em que a institui-

ção não tinha autonomia nem seus membros independência.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, que deu autonomia para o MP, várias vezes o poder político tenta frear a atuação de promotores e procuradores. Como o MP sobrevive?

O Ministério Público tem sobrevivido graças ao apoio da sociedade e da opinião pública, que tem se posicionado firmemente em sua defesa, como no caso da PEC 37, que propunha retirar o poder de investigação e que foi derrubada porque a opinião pública reagiu e as pessoas foram às ruas exigindo a sua rejeição.

O MP vai conseguir sobreviver agora?

O Ministério Público independente é uma garantia fundamental do cidadão, de que o poder do Estado não será utilizado para perseguições por interesses políticos ou econômicos, nem para proteger poderosos infratores da lei. Se a PEC 5 passar, o Ministério Público, como o conhecemos, deixará de existir. Haverá apenas um arremedo de Ministério Público, sem independência, sem autonomia e atuando de acordo com interesses políticos e econômicos poderosos e inconfessáveis.

Há um exemplo claro de revanche contra o MP no processo relacionado aos procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Rio que divulgaram uma denúncia sem sigilo contra os senadores Edison Lobão e Romero Jucá e agora estão ameaçados de demissão. Isso será recorrente?

Não nos furtamos em discutir nossos erros e procurar mudanças para evitá-los e para nos aprimorar. Devemos, sim, debater, discutir e encontrar caminhos. Porém, infelizmente, o Ministério Público está pagando caro muito mais pelos seus acertos do que

pelos seus erros, a verdade é essa. Com a PEC 5, a situação vai ficar muito pior, porque com uma composição eminentemente política, a tendência será o CNMP passar a perseguir promotores e procuradores que atuarem contra os interesses políticos e econômicos que influenciaram as escolhas dos seus conselheiros. Tempos sombrios se anunciam.

Os líderes na Câmara alteraram o texto original. Houve algum acordo com as associações do MP?

Os presidentes das associações do MP divulgaram vídeos e notas públicas negando qualquer acordo. A proposta original da PEC, como apresentada pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), era bem mais modesta, porque se limitava a alterar a composição de apenas uma cadeira do CNMP, para tentar aumentar a influência política no quorum de julgamentos, nada mais. Porém, o relator havia incluído em seu substitutivo várias outras propostas ainda bem mais danosas, conhecidas no jargão legislativo como "bodes malcheirosos", que são introduzidos na sala para serem retirados durante o processo de negociação e, assim, passar a falsa imagem de que foram feitas concessões. Não houve consensos, o que há é imposição, rolo compressor e tratoração por parte dos defensores da PEC 5.

Integrantes do MP de Contas reclamam de que não terão assento no CNMP, mas passarão a ser fiscalizados. É justo?

Esse é um fato que mostra como a tramitação da PEC 5 tem sido açodada e sem o mínimo de discussão com a sociedade e com as pessoas e instituições que serão diretamente afetadas por ela. O MP de Contas tem particularidades que o diferenciam muito dos demais MPs. Embora os membros do

MP de Contas tenham as mesmas garantias e prerrogativas dos promotores de Justiça, a instituição em si não possui autonomia administrativa ou financeira de seus co-irmãos, estando vinculada ao respectivo tribunal de contas, que é órgão auxiliar do poder legislativo. Essas particularidades foram consideradas e debatidas? Claro que não. Nada foi debatido. Estão tratorando, empurrando goela abaixo da sociedade um conjunto de mudanças que prejudicará os interesses dela própria. A propósito, tramitam no Congresso PECs que buscam aprimorar os tribunais de contas e é no âmbito delas que as questões relativas ao MP de Contas deveriam ser tratadas.

O MP está fugindo do controle?

Essa é uma daquelas lendas urbanas que, de tanto ser repetida, passa a ser tida como verdade, mas os números oficiais mostram que é uma afirmação mentirosa. O próprio CNMP divulgou oficialmente em seu site um comparativo entre a sua atuação corretiva e a do seu irmão gêmeo, o Conselho Nacional de Justiça — CNJ, que exerce o controle de magistrados e tribunais. A análise comparativa dos números dos processos disciplinares revelou que o CNMP instaurou 137% a mais, julgou 182% a mais e aplicou 58% mais sanções do que o CNJ. Ou seja, nos últimos 15 anos, o CNMP foi muito mais rigoroso que o CNJ. O CNMP pune bem mais do que o Conselho de Ética da Câmara ou do que a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por exemplo. Esses dados mostram que o objetivo da PEC 5 não é o de corrigir ou evitar eventuais erros do Ministério Público, ou aprimorar a sua atuação, mas o de subjulgá-lo e submeter as ações dos promotores e procuradores a obscuros e inconfessáveis interesses políticos e econômicos.